

# AMÉRICA LATINA, CULTURA POLÍTICA E GLOBALIZAÇÃO: UMA CONVERSA COM JAIME PRECIADO<sup>1</sup>

Jaime PRECIADO<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** Nesta entrevista, Jaime Preciado discute alguns aspectos econômico-políticos, sociais e culturais da contemporaneidade da América Latina, com destaque para o México. Nesse sentido, Preciado trata da posição deste país no sistema-mundo e apresenta algumas reflexões sobre seu contexto educacional e cultural, apontando os impactos das redes sociais na política, inclusive, alertando para a necessidade de que as Ciências Sociais atualizem a análise dos poderes fácticos. Ao longo da entrevista não faltam comparações entre México e Brasil.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** América Latina. México. Globalização. Cultura política. Educação.

## Apresentação

Com mais de 40 anos de vida intelectual, Jaime Antonio Preciado Coronado traz em suas formulações teóricas a mesma característica de sua formação acadêmica: a capacidade de transitar entre diferentes áreas do conhecimento. Tendo iniciado sua trajetória na Arquitetura, quando se formou pelo Instituto Ocidental de Tecnologia e Ensino Superior (ITESO), o pesquisador

---

<sup>1</sup> Esta entrevista foi realizada presencialmente durante a XVI Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais pelos seguintes pesquisadores do Laboratório de Política e Governo da UNESP (LabPol): Alessandra Santos Nascimento, Ana Paula Silva, Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio, Carlos Eduardo Marchesan Tauil e Giovanna Isis Castro Alves de Lima. E contou com a tradução do espanhol para o português da pesquisadora Laura Gabrieli Pereira da Silva.

<sup>2</sup> UDG – Universidade de Guadalajara – México. Departamento de Estudios Políticos. Guadalajara – JAL – México. 44260. japreco@megared.com.mx.

foi chefe do Departamento de Estudos Políticos do Centro Universitário de Ciências Sociais e Humanidades, na Universidade de Guadalajara até 2016 e atualmente é coordenador do curso de Doutorado em Ciência Política, na mesma universidade. Entre a etapa originária e o presente, Preciado tornou-se doutor em Estudos Latino-americanos, com especialização em Geografia e Organização do Território, pela Universidade de Paris III, interesse temático que se reflete também em sua passagem como professor-pesquisador no Departamento de Estudios Ibéricos y Latino-americanos, já na Universidade de Guadalajara, bem como em sua participação como cofundador e coordenador do Centro de Estudios Latino-americanos, entre os anos de 1988 e 1991.

Em suas pesquisas, Preciado desenvolveu estudos sobre o processo de urbanização e industrialização na cidade de Guadalajara, contemplando a problemática da moradia. Além da Sociologia Urbana, suas contribuições abrangem os temas da democracia, processos eleitorais locais no México, globalização e integração na América Latina e no Caribe. Participou de vários convênios internacionais, inclusive, coordenando pesquisas financiadas pelo Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT), no México. É autor de 8 livros individuais e coautor de diversas outras coletâneas e compilações. Alguns exemplos de obras publicadas recentemente são: *Hegemonía y democracia en disputa: Trump y la geopolítica del neoconservadorismo* (2017); o *Anuario de la integración latinoamericana y caribeña* (2013), e *Las elecciones estadounidenses de cara a las Américas* (2009). Sua atuação acadêmica e sua presença como intelectual público nos embates travados acerca do papel das ciências sociais na América Latina o levaram a assumir a presidência da Asociación Latino Americana de Sociología (ALAS) entre 2007 e 2009.

Seu trabalho teórico as relações geopolíticas presentes em âmbito global e na realidade latino-americana soma-se aqui à sua experiência como professor universitário no México e conhecedor das especificidades brasileiras. Esta combinação resulta em rico material para os leitores.

***Perspectivas:*** *Como o senhor enxerga o estatuto das relações entre centro e periferia nas condições atuais do capitalismo? E em que medida o debate nos anos de 1970, com a colaboração de Ruy Mauro Marini, antecipou algumas questões relativas ao processo de globalização e seus impactos sobre os Estados nacionais, em*

*particular, sobre aqueles países que constituem a periferia do sistema econômico?*

**Jaime Preciado:** Essa pergunta me parece fundamental. Seria necessário situar, em primeiro lugar, de onde vem a noção de centro-periferia, uma ideia cuja compreensão foi auxiliada pelo desenvolvimento de um pensamento que desejou abarcar a totalidade social e, para isso, se perguntou a respeito do mundo. Ou seja, as narrativas tinham estado fundamentalmente orientadas para o tema das ideologias e havia se perdido de vista a questão do substrato material do mundo. Por essa razão, foram muito bem-vindas as obras de Samir Amin e André Gunder Frank que começaram a pensar sobre as relações entre centro e periferia e, com isso, expressaram algo que ainda nos acompanha, isto é, a existência de uma relação hierárquica, porém definida entre os Estados nacionais. Sem dúvida, isso foi um avanço e muito devemos ao pensamento de Immanuel Wallerstein, com seu conceito de sistema-mundo moderno, e à sua fonte de inspiração que é o historiador francês, Fernand Braudel, com a ideia de economia-mundo. Esse pensamento foi evoluindo até combinar o problema das relações entre centro e periferia com a dimensão social, razão pela qual novas variáveis foram introduzidas. Estas não ficaram presas, por exemplo, ao conflito entre Leste e Oeste, durante a Guerra Fria, tampouco se conformaram com a divisão que o relatório de Billy Brandt fez nos anos de 1960, na Alemanha, que já distinguia a separação e a hierarquia entre o Norte e o Sul. Na sequência, surgiram pensadores como Giovanni Arrighi e o próprio Manuel Balsa que começaram a debater sobre o sul-global.

Para compreender como esse debate se desenvolveu na América Latina é necessário considerar que a singularidade dos processos de independência e a centralidade do protagonismo dos Estados nacionais na história, e nas relações internacionais, foram se transformando em algo que pode ser denominado de geopolítica crítica. Ou melhor, de uma geopolítica na qual os Estados não são mais os protagonistas, mas na qual há relações entre o Estado e a Sociedade que modificam radicalmente o mapa mundial sem, no entanto, eliminar a figura do Estado. Por isso, quando se discute os impactos atuais das relações entre centro e periferia na América Latina é preciso reconhecer que, embora tenha ocorrido um recuo dos enfoques estadocêntricos, o Estado retornou como uma categoria analítica de considerável

potencialidade, ao ser reconhecido como portador de um grande poder para manejar os recursos públicos e, assim, dinamizar o comércio e a globalização.

Por essas razões, é pertinente falarmos sobre as relações entre centro e periferia na América e situá-las no que uma pesquisadora argentina chama de “a passagem do Consenso de Washington ao Consenso das *Commodities*”, ou seja, é importante refletirmos sobre como foi feita a transição de um programa de controle das variáveis macroeconômicas, como a inflação, o déficit fiscal, os programas de privatização e a liberalização, para algo onde a extração de matérias-primas está levando a região para uma situação neocolonial. A América Latina vive um *boom* na obtenção de renda das *commodities* e, graças a isso, muitas reivindicações sociais, que não são desprezíveis em termos de redistribuição de renda, têm sido alcançadas. Contudo, essa situação é ilusória à medida que não tem propiciado um processo de industrialização autônomo na região, tampouco um poder de negociação maior com os países centrais a respeito das situações de desigualdade. E isso tem se traduzido no plano internacional com a reprodução do grande poder das mineradoras e das empreiteiras, e não apenas das transnacionais. Sobre este último aspecto, tal interpretação foi uma contribuição dos críticos da teoria da dependência, como Rui Mauro Marini. Para ele, as corporações transnacionais não foram as únicas responsáveis pela exploração dos países latino-americanos, mas sim, as alianças entre as oligarquias locais e esse conglomerado transnacional.

Outra questão que deve ser considerada, e sobre a qual Rui Mauro Marini também refletiu, é o que ele chamou de problema do subimperialismo, ou seja, como países do tamanho do Brasil ou do México, ao mesmo tempo em que são explorados, exploram outros países. Um conceito que também parece pertinente para contribuir nesse debate é o de semiperiferia, proposto por Immanuel Wallerstein. Tais apontamentos demonstram parte dos desafios e dilemas que a América Latina vive atualmente.

**Perspectivas:** *Gostaríamos que o senhor discorresse sobre o impacto das teorias cepalinas no México e que também comentasse se nesses últimos anos houve algum tipo de resgate dessas teorias na América Latina.*

**Jaime Preciado:** Lembremos que a iniciativa de criação da CEPAL ocorre em um espaço das Nações Unidas, isto é, ela é fruto de

uma ordem mundial liberal e que apresenta diversos elementos originais. Um deles é abrir espaço às propostas oriundas de uma certa tradição marxista, como a ideia do estruturalismo, de acordo com a qual as relações sociais não dependeriam das vontades individuais, pois existiriam estruturas, tanto a nível nacional como internacional, que determinariam o curso dos acontecimentos. O papel desempenhado por Raúl Prebisch nesta direção foi muito importante. Essa tradição estruturalista se encaixou muito bem no México, sobretudo, depois dos acontecimentos de 1968, quando houve o massacre dos estudantes, porque até este momento os intérpretes tinham recorrido insistentemente a uma ideia anômica de desenvolvimento. Isto é, a uma noção segundo a qual o desenvolvimento provinha de um tipo de metafísica do poder e que não existiriam nem instituições e nem atores que fossem portadores deste poder. Uma das grandes contribuições da CEPAL foi se contrapor a esta interpretação e afirmar: “*há sim atores, há sim estruturas, há sim estratégias de poder*”.

Alguns setores acadêmicos mexicanos foram sensíveis a estas ideias da CEPAL de tal modo que, nos anos de 1960, o México atuou juntamente com o Uruguai para a criação da *Asociación Latinoamericana de Integración*, a ALADI. Ao se tornar uma realidade na década de 1980, esta associação teve sua sede estabelecida no Uruguai, mas a ideia de se gerar um espaço comum latino-americano não foi abandonada pelo México.

De certo modo, a atuação dos intelectuais mexicanos para que se fundasse uma instituição como a ALADI se deve, em larga medida, ao fato de o México ser o único país do chamado terceiro mundo que tem uma fronteira terrestre com um país de primeiro mundo e, por isso, tem sofrido ao longo de sua história uma integração marcada por intensa crueldade e violência, inclusive, com a tomada de metade do seu território no século XIX. E isso é tão emblemático que, ainda no século XXI, milhares de pessoas tentam, todos os dias, cruzar a fronteira com os Estados Unidos, buscando melhores condições de vida, e também desejando regressar a seu território ancestral.

Mas afinal o que aconteceu com a ideia de um tipo de mercado comum latino-americano? Para responder a esta indagação é importante considerar que, no período de substituição de importações, o governo mexicano desempenhou o papel de subsidiar fortemente o empresariado nacional, que se viu, sobretudo, orientado a exportar para os Estados Unidos e, em menor proporção,

para os mercados mais próximos como os da América Central e do Caribe. Países como Argentina, Brasil e Chile estavam adquirindo um perfil de maior dinamismo econômico e, nos anos de 1970, já apresentavam uma espécie de esgotamento do que podemos denominar de um projeto de “nacionalismo revolucionário”. Este projeto teria sustentado um tipo de regime que, até então, havia sido muito funcional para esses empresariados nacionais. Entretanto, no ano de 1982, o governo mexicano implantou um modelo orientado à exportação industrial, cujo lema foi “*Ou abre ou morre*”. Com este tipo de orientação, uma das propostas centrais na CEPAL, que era a de conquistar uma autonomia relativa, foi deixada de lado.

Por essas razões a ideia de regionalismo aberto não prosperou no México. Ou seja, diante de um contexto no qual não foi possível estabelecer uma aproximação com as economias da América do Sul, a proposta mexicana de regionalismo ficou restrita e subordinada aos Estados Unidos e ao Canadá. As burocracias diplomáticas e comerciais e os economistas do *mainstream* mexicano se converteram nos mais fiéis intérpretes da ortodoxia neoliberal. Desse modo, todos os programas que fizeram parte dos 10 pontos do Consenso de Washington foram aplicados, de forma muito rigorosa, no México. Também se buscou transmitir a ideia, bastante questionável, de que o país conseguiu ultrapassar o modelo primário-exportador porque, em 1994, começou a funcionar o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, conhecido como NAFTA, e, com ele, o México teria avançado na exportação de bens manufaturados. A aposta de que o NAFTA seria capaz de colaborar para que o país ultrapassasse o modelo primário-exportador se mostrou equivocada; só para exemplificar, em 2014, a renda petrolífera mexicana representou cerca de 65% do gasto federal. Além disso, a exportação manufatureira do México pode ser considerada um mito, uma vez que aproximadamente 90% das exportações mexicanas são operações intrafirmas das grandes corporações transnacionais, isto é, são operações que acrescentam pouquíssimo valor à economia do país.

***Perspectivas:*** *Com o advento da globalização, as relações entre Estado e sociedade e a própria maneira como a política se estrutura foram modificadas. Atualmente, um dilema mundial tem sido a crise da política. Feitas essas observações, como é possível caracterizar a cultura política no México?*

**Jaime Preciado:** No México há um partido político que governou com três nomes diferentes, mas com a mesma ideologia, entre os anos de 1929 a 2000. Um partido que esteve no poder durante 71 anos. Seus representantes conseguiram se estabelecer no governo graças a uma pacificação que teve aspectos muito cruéis e também muito importantes em termos do que significa a construção da legitimidade de um sistema de partidos. Ocorreram situações fraudulentas nas eleições presidenciais em que esse partido participou, mas também houve uma base social mobilizada e disposta a defender aquilo que seu governo representava. A existência dessa base social extensa e mobilizada nos sugere que a Revolução Mexicana foi a primeira revolução social do século XX. Esta Revolução teve início em 1910 e terminou em 1917 com um pacto constitucional. O impacto deste processo foi imenso, pois em um país de 20 milhões de habitantes, na época, 10% morreram.

Se um pesquisador realizasse uma investigação junto aos cidadãos mexicanos mais velhos, que tiveram parentes presentes nesses processos armados, todos iriam responder que as pessoas estavam cansadas da violência e que, em boa medida, em 1929, isto é, 12 anos após a assinatura da Constituição, a aparição do Partido Nacional Revolucionário deu estabilidade e tranquilidade a um país que, na época, possuía cerca de 2.500 partidos regionais. Ainda que não tenha o tamanho do Brasil, o México é um país marcado pela diversidade. Uma diversidade que também se expressa em posições políticas muito heterogêneas, que são representadas por caudilhos capazes de apaziguar suas zonas de influência.

Porfirio Díaz foi o ditador contra quem se fez a sublevação de 1910, e que ficou no poder por mais de 25 anos. Ele governou com o apoio dos “homens do presidente”, isto é, com os caudilhos que atuaram como governadores dos estados mexicanos, num tipo de arranjo político que se assemelha ao modelo seguido no Brasil, com os *coronéis*, ou na Colômbia, com os *gamonales*. Estes caudilhos, ao controlarem o que acontecia em seus territórios, atuaram para a redução da violência local.

Com o processo de globalização e de ampliação das esferas de influência do narcotráfico, todas estas áreas passaram a outras formas de controle. A institucionalização do Estado mexicano fez com que o exército pudesse ter o monopólio da violência em algumas regiões do país e, onde isto ocorreu, se

obteve estabilidade suficiente por muitas décadas. No entanto, a violência se acentuou ao se desencadearem duas dinâmicas novas. A primeira, nos anos de 1970, após o movimento estudantil de 1968, diz respeito à posse de um governo que pretende recuperar o projeto nacional revolucionário original e passa a atuar como um ativista em defesa do terceiro mundo, insistindo na ideia de que é preciso negociar uma nova ordem econômica mundial.

A outra se relaciona com o processo de criação de instituições que passam a ser consideradas como um patrimônio dos mexicanos, como por exemplo o *Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología* e o *Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores*. Essas e outras organizações foram importantes para a criação do México contemporâneo e para o desenvolvimento de espaços “desmercantilizados”. Porém, as demandas contraditórias das instituições e dos diversos segmentos da sociedade mexicana contribuíram para reduzir a capacidade do governo de responder de forma pertinente aos problemas que foram surgindo. A partir de 1982, para o governo, (que, de certo modo, inaugura o neoliberalismo no México) e para o Partido Revolucionário Institucional (PRI), o país vivia um período de estabilidade política. Observando a realidade de forma mais atenta, nota-se que de fato estava ocorrendo algo diferente: o governo vinha sofrendo uma grande pressão, em virtude da luta histórica pela terra, do fortalecimento das lutas setoriais dos sindicatos, afetados pelo processo de globalização, e das reivindicações do movimento urbano popular. Desse modo, havia muitas situações conflitivas no México, mas os atores políticos oficiais, em larga medida, não as reconheciam.

Há um outro episódio que colaborou decisivamente para o aumento da violência no país. Em 19 de setembro de 1985, houve um forte terremoto na Cidade do México e mais de 10.000 pessoas morreram. Este fato parece ter contribuído para que a sociedade mexicana readquirisse a confiança em si mesma, e para que as eleições de 1988 fossem as primeiras a serem efetivamente competitivas. Além de disputadas, estas eleições foram as primeiras nas quais teria ocorrido uma “fraude patriótica”, visando manter a estabilidade conseguida pelo PRI, apoiada no discurso, pouco convincente, de que ele “*era o único que garantiria a estabilidade política*”. O derrotado no pleito de 1988 foi o engenheiro Cuauhtémoc Cárdenas. Filho do homem



que expropriou a indústria petrolífera nos anos de 1938-1939, ele era considerado uma liderança política renovadora e proba. A ocorrência de fraude nas eleições de 1988 e a repetição desse procedimento em 1994, 2006 e 2012 explicitam algo bastante preocupante sobre o significado da política no país, porque não se trata unicamente de um problema referido “ao dia da eleição”, mas de algo que passa a ocorrer antes, durante e depois do processo eleitoral.

Isso faz com que a sociedade mexicana se afaste da política, isto é, que os mexicanos deixem de vê-la como uma via legítima para fazer mudanças de forma pacífica. Na década de 1970, muitos grupos haviam se radicalizado e assumido a guerrilha como estratégia política. A guerrilha rural foi muito forte onde o magistério tinha uma base social ampla. Mas nas cidades também se implantou uma certa perspectiva foquista de insurreição, com alguns grupos realizando ações, como a do sequestro de cônsules dos Estados Unidos. De acordo com alguns estudiosos, a ampliação e a continuidade das guerrilhas rural e urbana resultaram de toda essa violência contida, ou seja, expressaram o desespero de não encontrar uma via pacífica para a transformação do país. O desencanto com a política se mantém em decorrência da reiteração das fraudes e do fato de que o crime organizado e o “Estado mafioso”, como é chamado por alguns, começam a se espalhar para todo o território nacional de tal modo que, atualmente, o México é conhecido como um dos países mais violentos da América Latina.

No México, cerca de 150.000 pessoas foram assassinadas, entre os anos de 2006 e 2017, e, aproximadamente, 39.000 pessoas desapareceram, o que representa uma violência irreprimível que afasta a política cada vez mais da vida das pessoas. Nas eleições presidenciais mexicanas as taxas de abstenção eleitoral são próximas de 47%; e nas eleições intermediárias elas superam os 50%. Soma-se a isto o fato de o voto não ser obrigatório. Esse quadro contribui para que na cultura política mexicana a violência e o regime político permaneçam muito afastados da vida política cotidiana.

***Perspectivas:*** Qual é o papel desempenhado pela mídia tradicional e pelas redes sociais na política mexicana atualmente?

**Jaime Preciado:** Podemos facilmente discorrer a respeito de qual tem sido a contribuição da televisão, dentro dos poderes fáticos,

que são os que realmente decidem sem que tenhamos votado neles, para o jogo político. A televisão tem tido um papel decisivo sobre a produção e a distribuição de determinadas informações eleitorais. Nesse sentido, ela tem atuado para que tal ou qual candidato se viabilize eleitoralmente num determinado distrito, seja como deputado, como senador ou mesmo como presidente da República. Ainda que essa atuação seja real, ela vem sofrendo alterações em razão da presença das redes sociais, que se configuram como um espaço mais flexível, mais poroso e mais dinâmico. Tais características têm propiciado a este espaço acomodar desde boas intenções até formas perversas de manipulação. Quando ocorreu o fenômeno da Primavera Árabe, por exemplo, muitos disseram que as redes sociais teriam sido as responsáveis por tal emergência. Contudo, o que de fato aconteceu foi que os envolvidos no fenômeno passaram a ter que tomar muito cuidado com as redes sociais, porque, se, por um lado, elas serviam para possibilitar uma comunicação horizontal e rápida, por outro, elas funcionavam como um guia para a atuação das forças policiais, informando onde e o que as pessoas estavam fazendo, com quem e com o que elas estavam interagindo, e como elas se organizavam.

Contudo, mesmo com o advento da internet e das redes sociais, temos que considerar que o papel da televisão na formação da opinião pública não deixa de ser importante, pois ela continua sendo o instrumento mais utilizado no momento anterior à votação. Muitos eleitores se informam sobre como estão as tendências de voto e de rejeição nos programas televisivos. No México, a imprensa escrita tem baixíssima circulação. Para exemplificar, uma cidade que tem 23.000.000 de habitantes apresenta como o jornal de maior tiragem aquele que vende 150.000 exemplares. E ainda que se considere o número de assinaturas eletrônicas, o fato é que a grande imprensa tradicional não é um elemento presente no dia a dia da população mexicana.

O empresário mexicano, Carlos Slim, além de ser um dos homens mais ricos do mundo, é o acionista majoritário do *The New York Times*. O que significa que o poder do grupo das emissoras, que não é o mesmo de Slim, nos coloca a demanda de fazermos uma atualização em nossas análises dos poderes fáticos, não nos contentando com avaliações simplistas a respeito dos meios de comunicação de massa. É preciso também estabelecer uma visão crítica sobre a comunicação política, mas, sobretudo depois da

eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, é fundamental realizar uma crítica da pós-verdade. Pois a pós-verdade convém apenas a quem está fazendo a declaração de um ponto de vista manipulador. De outro modo, a notícia que o *Facebook* vendeu 200.000.000 de dólares em publicidade para grupos de capital russo, que intervieram nas eleições americanas, põe em evidência um problema ético de graves proporções. Por isso, a reafirmação do poder da televisão e dos poderes fáticos tradicionais, de um lado, e a emergência do *Facebook*, e de todos os grupos vinculados a internet, de outro, nos colocam como um imperativo relativizar a informação e valorizar ainda mais as agências alternativas de notícias. É possível que cada cidadão tenha uma agência na qual confie, e que esta esteja na internet e apresente um jornalismo investigativo, isto é, que não seja apenas uma organização que vende suas informações e/ou se coloque a serviço de quem paga mais.

Na eleição para presidente do México, para o mandato de 2012 a 2018, surgiu um movimento que ficou conhecido como “*Eu sou 132*” e que ganhou repercussão na mídia. O número deste movimento emergiu durante a visita do então candidato, Enrique Peña Nieto, a um evento na *Universidad Iberoamericana*. Naquela ocasião, os jovens que participavam do evento proferiram algumas palavras de ordem e se aproximaram de Peña Nieto, que lhes respondeu nos seguintes termos: “*Vocês não são estudantes. Vocês vieram aqui boicotar este evento, mas não são estudantes*”. Ao ouvir isso, um dos participantes mostrou sua carteira de estudante e afirmou: “*Sim, eu sou estudante daqui*”. Em poucos segundos, havia 132 carteiras de estudantes sendo expostas e seus portadores falando em coro: “*Sim, somos estudantes daqui*”. Por isso, o movimento se chamou “*Eu sou 132*”. Este movimento teve um papel muito importante para o processo de democratização no México, nos últimos anos, porque mostrou que estava surgindo uma nova maneira de comunicação política, uma forma que não é passível de ser cooptada pelos interesses dos poderes constituídos, ainda que se utilize das técnicas e dos elementos mobilizados por esses poderes. Tal movimento colaborou para reduzir a votação no referido candidato, entretanto, não se mostrou capaz de organizar-se como algo permanente.

***Perspectivas:*** *E como tem se desenvolvido a educação no México e qual sua relação com a formação cidadã?*

**Jaime Preciado:** No México, diferentemente do Brasil, existiu uma forte corrente liberal no século XIX, que se baseou nos princípios da ilustração e da educação. O que permitiu que, mesmo em um contexto ditatorial, houvesse uma preocupação crescente com estes e outros temas sociais a ponto de traduzi-los no texto da Constituição de 1917. Dessa forma, no seu artigo terceiro, foi abordado o tema da educação; no artigo 27, a questão da propriedade da nação sobre o território, o subsolo e a atmosfera; e, no artigo 123, a matéria sobre o trabalho. Ou seja, três âmbitos de preocupação do liberalismo que, no México, vincularam-se bastante a formas sociais que, não necessariamente, respondiam às demandas das elites ilustradas, mas que eram parte de processos vindos de baixo, que requeriam outro tipo de educação, outro tipo de trabalho, outro tipo de propriedade e de distribuição da terra. Este programa pôde ser mantido no período pós-Revolução Mexicana, até 1968.

O movimento de 1968, no México, foi um alerta de que o país precisava mudar. No entanto, não há dúvidas sobre a capacidade do Estado mexicano de criar importantes instituições como as universidades. Atualmente, a *Universidad Nacional Autónoma de México* tem em torno de 340.000 pessoas entre estudantes, professores e trabalhadores, ainda que uma porcentagem considerável seja de estudantes que estão se preparando para realizar os exames de seleção para os cursos superiores.

O fato de se ter criado universidades de massa fez com que essas instituições fossem pressionadas pelos problemas sociais como a precarização do trabalho, a crise do campo, a migração do campo para a cidade, etc. e que, nesse sentido, demandassem transformações em seu interior, inclusive, com a reivindicação de maior democratização no acesso. Muitas dessas demandas não foram alcançadas, mas elas permaneceram latentes. Isso fez com que, durante os anos de 1970, o nacionalismo revolucionário se esgotasse e fossem criadas outras instituições, a exemplo da *Universidad Autónoma Metropolitana*, na Cidade do México.

Um dos candidatos à presidência nas eleições de 2018, e que apresenta grandes chances de vencer o pleito, é Andrés Manuel López Obrador, que é presidente de um partido denominado *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena). Na sua trajetória política, López Obrador teve um papel importante no governo da Cidade do México e foi responsável pela fundação da *Universidad*

*Autónoma de la Ciudad do México*, que também apresenta muitas matrículas.

A característica de massa das instituições de educação superior no México fez com que elas estivessem muito abertas às demandas sociais e se convertessem em polos de estímulo à cidadania. Ou seja, se transformassem em instituições onde são debatidas as questões sociais, políticas, econômicas e/ou culturais que interessam a população, mas que não encontram espaço nem nos partidos, nem nos sindicatos, tampouco nos grupos empresariais. Isso significa que os cidadãos mexicanos encontram nas universidades um espaço aberto ao debate público, o que repercute positivamente para a democratização do país.

Sobre a educação básica no México é possível destacar a preocupação e o empenho em atender a esta demanda em todas as partes do país, pelo menos até o ano de 2012. Neste período, que coincide com a chegada de Enrique Peña Nieto a presidência, ocorrem algumas reformas estruturais, sendo uma delas a da educação. Esta reforma não se direcionou à educação superior, e sim, à educação básica, promovendo a desarticulação de um movimento de origem popular que estava surgindo nas escolas. Nessas instituições, os professores se juntaram às famílias e fizeram marchas e comícios para reivindicar mais recursos para a área educacional. O governo Peña Nieto respondeu a essa demanda não com a ampliação de recursos públicos para o setor e sim com a privatização da educação básica. Com essa política, atingiu-se tanto a educação básica quanto a superior. E utilizou-se como justificativa, a qual é bastante questionável, que o Estado não se mostrara eficiente para oferecer uma educação de qualidade para todo o país, de tal modo que isso passaria a ser realizado pela iniciativa privada.

Esta política sugere que a ideia de cidadania passa ser vinculada à noção de capital humano, ou seja, à interpretação de que uma determinada pessoa é cidadã desde que tenha habilidades, destrezas que lhe permitiriam entrar no mercado de trabalho, enquanto outras dimensões de sua formação não seriam mais significativas nem importantes. Uma das tradições mais importantes no México é a distribuição gratuita de materiais didáticos para os estudantes da educação básica primária, o que no Brasil equivaleria aos anos iniciais do ensino fundamental. A relevância dessa distribuição consiste no fato de assegurar

os mesmos recursos didáticos para todas as crianças do país. Esta prática quase não existe mais, e os atuais responsáveis pela educação começaram a retirar dos textos didáticos tudo o que tem a ver com o civismo, com a história, com a geografia, enfim, com as ciências sociais. O que tem ficado cada vez mais evidente no país é que a história ensinada passa a contemplar, o que parte de nós, isto é, parte dos intelectuais, chama de história de bronze, uma história parcial de exaltação dos heróis que estão nas estátuas, e não se ensina mais sobre quem de fato construiu e constrói o México, seus cidadãos e cidadãs.

PRECIADO, J. A. Latin America, political culture and globalization: a conversation with Jaime Preciado. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 195-208, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *In this interview, Jaime Preciado discusses some economic-political, social and cultural aspects of contemporary Latin America, with emphasis on Mexico. In this regard, Preciado speaks about the position of this country in the world system and presents some reflections on its educational and cultural context, pointing out the impacts of social networks on politics, even alerting to the need for Social Sciences to update the analysis of the phatic powers. Throughout the interview, there are also comparisons between Mexico and Brazil.*

■ **KEYWORDS:** *Latin America. Mexico. Globalization. Political culture. Education.*